

PROJETO DE LEI N.º 4.064, DE 2008

(Do Sr. Dr. Talmir)

Acrescenta dispositivo à Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, Lei de Execução Penal, para dispor sobre medidas de segurança em estabelecimentos penitenciários.

DESPACHO:

APENSE-SE À(AO) PL-3463/2008.

APRECIAÇÃO:

Proposição sujeita à apreciação conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II

PUBLICAÇÃO INICIAL Art. 137, caput - RICD

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1° A Lei n° 7.210, de 11 de julho de 1984, passa a vigorar acrescida do seguinte artigo 199-A:

Art. 199-A. A entrada e saída de qualquer pessoa em estabelecimentos destinados a condenados e internados farse-á, sempre, mediante revista e execução de outras medidas de segurança, a serem aplicadas, também, aos próprios quadros que mobiliam esses estabelecimentos.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Os problemas de segurança nos estabelecimentos destinados a condenados e internados, que já não são poucos, agravam-se com a colaboração de pessoas mais várias, que vão dos familiares, passando por profissionais que usam de suas prerrogativas em franco desvio de suas atribuições, alcançando, mesmo, aqueles que fazem parte dos quadros desses estabelecimentos.

Essa questão flagrante deve ser atacada diretamente, sem subterfúgios, pela submissão de todos, sem distinção, aos procedimentos de segurança prescritos.

Nesse sentido, nunca é demais trazer à baila o princípio da legalidade, que submete todos, inclusive as autoridades, aos ditames da lei.

Portanto, a proposição que ora se apresenta reforça as medidas de segurança nos estabelecimentos em tela, dispensa a todos o mesmo tratamento e, indiretamente, aumenta a segurança da sociedade ao restringir as possibilidades de ação externa dos que estão condenados ou internados, havendo de prevalecer o interesse público sobre os interesses individuais.

Isso posto, na certeza de que os nossos nobres Pares bem saberão aquilatar a importância e o alcance da presente proposição, aguardamos confiantes pela sua aprovação.

Sala das Sessões, em 07 de outubro de 2008.

Deputado DR. TALMIR

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS - CEDI

LEI Nº 7.210, DE 11 DE JULHO DE 1984

Institui a Lei de Execução Penal.
TÍTULO IX DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS
Art. 199. O emprego de algemas será disciplinado por decreto federal.
Art. 200. O condenado por crime político não está obrigado ao trabalho.
FIM DO DOCUMENTO